

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER N.º 269-2023

PROCESSO 213-2023

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TOTENS INDICATIVOS PARA INSTALAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DO MUSEU MUNICIPAL THEOBALDO BECKER, ATENDENDO DEMANDA DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E DESPORTO – SECTD. LEI Nº 14.133/2021. CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO. POSSIBILIDADE.

Trata-se de processo de contratação direta por Dispensa de Licitação, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

A solicitação da contratação é oriunda da Secretaria da Educação, Cultura, Turismo e Desporto – SECTD, por meio do Memorando Interno nº SECTD 995/2023, datado de 04/07/2023, dando conta da necessidade da contratação de empresa especializada para fornecimento de 04 (quatro) totens indicativos para instalação nas dependências do Museu Municipal Theobaldo Becker.

Constam em anexo aos Autos do Processo nº 213/2023 os seguintes documentos:

- Memorando Interno nº 995/2023, da Secretaria da Educação, Cultura, Turismo e Desporto – SECTD, datado de 04/07/2023, dando conta da necessidade e solicitação da contratação;
- Documento de Formalização de Demanda, onde estão explanadas as características, necessidades e justificativa da contratação;
- Proposta/Orçamento da empresa LIDUKS ADESIVOS E SELANTES LTDA-ME, inscrita no CNPJ nº 13.969.234/0001-93, no valor unitário de R\$ 1.070,00 e valor total de R\$ 4.280,00;
- Proposta/Orçamento da empresa GRÁFICA E EDITORA IBIRUBÁ LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 90.330.622/0001-70, no valor unitário de R\$ 2.270,00 e valor

total de R\$ 5.080,00;

- Proposta/Orçamento da empresa TAYLOR BILIARDI, inscrita no CNPJ nº 34.021.144/0001-46, no valor unitário de R\$ 1.860,00 e valor total de R\$ 7.440,00;

O objetivo é a contratação da empresa LIDUKS ADESIVOS E SELANTES LTDA-ME, inscrita no CNPJ nº 13.969.234/0001-93, no valor unitário de R\$ 1.070,00 e valor total de R\$ 4.280,00, para fornecimento dos 04 equipamentos, constando dos Autos sua documentação de habilitação, a qual cumpre os requisitos legais.

É o breve relatório.

Vieram os autos para exame e parecer.

Com efeito, nos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República:

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

No que tange à contratação pretendida, a Lei nº 14.133/2021 prevê a hipótese de Contratação Direta, na modalidade de Dispensa de Licitação, limitado ao valor de R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos).

Não vieram aos Autos informações sobre impossibilidade da aquisição por falta de limite para dispensa de licitação.

Neste sentido, não há o que opor, sob o aspecto jurídico.

Além da previsão do contido no artigo 75, II, da Lei 14.133/2021, é obrigatório o cumprimento de outros requisitos legais, nos termos do artigo 72 da citada Lei de Licitações.

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico

oficial.

Analizados os documentos constantes nos Autos do Processo de contratação, constata-se que houve o cumprimento dos requisitos legais e obrigatórios.

Consta nos Autos o Documento de Formalização da Demanda que discrimina o objeto da contratação almejada, atendendo o disposto no artigo 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Houve estimativa de despesa, por meio de orçamentos realizados pela Secretaria, conforme declaração constante do Memorando Interno, calculada na forma estabelecida no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 (artigo 72, inciso II), estando este, por conseguinte, justificado (art. 72, inciso VII), constando dos Autos a Reserva de Dotação orçamentária no Projeto/Atividade 2025 (Sala do Empreendedor), Despesa 4.4.90.52 (Equipamentos e Material Permanente), Recurso 1 (Recurso Livre), FR 500 (Não vinculados de impostos).

O documento (Reserva de Dotação Orçamentária) demonstra a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (artigo 72, inciso IV), bem como os documentos do futuro contratado (orçamento, documentos de habilitação e certidão de regularidade fiscal), ora anexados, comprovam que o particular preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária nos termos do artigo 72, inciso V, da Lei 14.133.

A razão da escolha do futuro contrato está pautada em critério objetivo, qual seja melhor preço e devida habilitação técnica, estando assim atendido o pressuposto do artigo 72, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, conforme declaração expressa da Secretaria solicitante, contida nos Autos.

Em face do exposto, sob o aspecto jurídico, opina-se pela legalidade da contratação direta, nos termos do artigo 72 e artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Opina-se, outrossim, pela remessa dos autos à autoridade competente para promover a autorização da contratação, nos termos do artigo 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

Este é, salvo o melhor juízo, o PARECER que submetemos à consideração superior.

Ibirubá-RS, 11 de agosto de 2023.

